



Santa Casa da Misericórdia da Soalheira

Anexo ao balanço e demonstrações financeiras

31 dezembro de 2023

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis	12
7	Inventários	13
8	Rédito	14
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
11	Benefícios dos empregados	15
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
13	Outras Informações	15
13.1	Clientes e Utentes	15
13.2	Outras contas a receber	16
13.3	Diferimentos	16
13.4	Outros Ativos Financeiros	16
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	17
13.6	Fundos Patrimoniais	17
13.7	Fornecedores	17
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	17
13.9	Outras Contas a Pagar	17
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	18
13.11	Fornecimentos e serviços externos	18
13.12	Outros rendimentos	19
13.13	Outros gastos	19
13.14	Resultados Financeiros	19
13.15	Acontecimentos após data de Balanço	19
14	Relatório gestão e anexos	21

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Soalheira é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS-Misericórdia, com sede no Largo da N.ª Sr.ª das Necessidades, na localidade da Soalheira.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Soalheira, foi instituída no ano de 1694, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade, em várias respostas sociais, Estrutura residencial para Idosos, Centro Dia e Serviço ao apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	1 a 3
Programas de Computador	1 a 3
Propriedade industrial	Indefinido
Outros Ativos Intangíveis	indefinido

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- b) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da

respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa em vigor sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	100,00					100,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	531 171,68					531 171,68
Bens móveis	0,00					0,00
Total	531 271,68	0,00	0,00	0,00	0,00	531 271,68

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	100,00					100,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	531 171,68					531 171,68
Bens móveis	0,00					0,00
Total	531 271,68	0,00	0,00	0,00	0,00	531 271,68

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	244 607,09					244 607,09
Edifícios e outras construções	1 808 435,52	17 244,79				1 825 680,31
Equipamento básico	291 440,87					291 440,87
Equipamento de transporte	62 423,40	39 733,02				102 156,42
Equipamento administrativa	16 787,05					16 787,05
Outros Ativos fixos tangíveis	96 084,99	5 578,15				101 663,14
Ativos tangíveis em curso	20 534,70					20 534,70
Total	2 540 313,32	62 555,96	0,00	0,00	0,00	2 602 869,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	938 665,85	46 805,38		8 156,50		993 627,73
Equipamento básico	264 746,72	5 595,93		500,84		269 841,81
Equipamento de transporte	62 423,40					62 423,40
Equipamento administrativo	15 770,89	391,80				16 162,69
Outros Ativos fixos tangíveis	95 668,71	607,63		88,70		96 365,11
Total	1 377 275,57	53 400,74	0,00	7 744,43		1 438 420,84

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	244 607,09	0,00	0,00	0,00	0,00	244 607,09
Edifícios e outras construções	1 825 680,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1 825 680,31
Equipamento básico	291 440,87	3 212,12	0,00	0,00	0,00	294 652,99
Equipamento de transporte	102 156,42	4 098,03	0,00	0,00	0,00	106 254,99
Equipamento administrativa	16 787,05	0,00	0,00	0,00	0,00	16 787,05
Outros Ativos fixos tangíveis	101 663,14	0,00	0,00	0,00	0,00	101 663,14
Ativos tangíveis em curso	20 534,70	13 967,85	0,00	0,00	0,00	34 502,55
Total	2602 869,58	21 278,00	0,00	0,00	0,00	2 624 147,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	993 627,73	44 401,73	0,00	0,00	0,00	1 038 029,46
Equipamento básico	269 841,81	6 170,23	0,00	0,00	0,00	276 100,81
Equipamento de transporte	62 423,40	10 957,77	0,00	0,00	0,00	73 381,17
Equipamento administrativo	16 162,69	685,76	0,00	0,00	0,00	16 848,45
Outros Ativos fixos tangíveis	96 276,34	483,04	0,00	0,00	0,00	96 759,38
Total	1 438 420,84	62 698,53	0,00	0,00	0,00	1 501 119,27

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50					16 553,50
Programas de Computador	7 581,30	1 333,82				8 915,12
Outros Ativos intangíveis	20 598,50					20 598,50
Total	44 733,30	1 333,82	0,00	0,00	0,00	46 067,12
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50					16 553,50
Programas de Computador	6 576,50	488,13		-98,40		6 966,23
Outros Ativos intangíveis	20 598,50					20 598,50
Total	43 728,50	488,13	0,00	-98,40	0,00	44 118,23

*



2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50	0,00	0,00	0,00	0,00	16 553,50
Programas de Computador	8 915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8 915,12
Outros Ativos intangíveis	20 598,50	0,00	0,00	0,00	0,00	20 598,50
Total	46 067,12	0,00	0,00	0,00	0,00	46 067,12
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50	0,00	0,00	0,00	0,00	16 553,50
Programas de Computador	6 966,23	1 018,63	0,00	0,00	0,00	7 984,86
Outros Ativos intangíveis	20 598,50	0,00	0,00	0,00	0,00	20 598,50
Total	44 118,23	1 018,63	0,00	0,00	0,00	45 136,86

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 635,15	100 687,77	- 169,85	1 727,26	117 747,11	307,70	1 972,46
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 635,15	100 687,77	-169,85	1 727,26	117 747,11	307,70	1 972,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				100 425,81			117 809,61

8 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	Nº Medio utentes	2022	N.º. Medio utentes
Prestação de Serviços				
Refeições escolares	14 137,07		13 461,08	
Mensalidades ERPI	470 384,51	50	468 523,73	52
Mensalidades. Centro dia	53 703,19	27	52 902,51	30
Mensalidades SAD	36 793,22	18	26 884,38	15
Quotas e joia irmão	1 552,00		1 448,00	
Refeições sociais	0,00		212,24	
Transportes ambulância (faturados aos utentes)	887,74		1 630,62	
Serviços secundários	2 643,37		2 814,22	
Total	580 098,10		567 876,78	

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões/ Reversões

Nos períodos de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

2023					
	Saldo em 1 Janeiro	Constituições	Utilizações	Reversões	Saldo em 31 Dezembro
	24612,57	0,00	-19000,00	-5612,57	0,00
total	24612,57	0,00	-19000,00	-5612,57	0,00

2022					
	Saldo em 1 Janeiro	Constituições	Utilizações	Reversões	Saldo em 31 Dezembro
	7500,00	24612,57	0,00	-7500,00	24612,57
total	7500,00	24612,57	0,00	-7500,00	24612,57

A Provisão criada em 2022 de 24 612,57 € foi superior ao gasto efetivo do processo judicial com a trabalhadora em 2023, de 19 000,00 €, havendo uma reversão, ou seja, um ganho na provisão de 5612,57 € em 2023.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo e outros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Outros subsídios":

Descrição	2023	Nº Medio anual utentes	2022	N.º Medio anual utentes
Subsídios da Segurança social				
ERPI	219 341,46	34	221 434,73	34
Centro dia	52 441,83	27	56 894,04	30
SAD	59 055,06	15	61 052,96	15
total	330 838,35		339 381,73	
Outros subsídios				
Segurança Social	0,00		486,08	
IEFP	0,00		11 411,86	
Total	0,00		11 897,94	
Doações	15 191,80		20 925,20	
Total	346 030,15		372 204,87	

11 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ativas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 44 e em 31/12/2023 foi de 45.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	571 894,42	510 374,58
Encargos sobre as Remunerações	127 361,99	113 681,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 312,45	5 091,48
Outros Gastos com o Pessoal/IEFP	29 980,00	27 420,46
Total	733 548,86	656 567,63

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	2 770,67	2 291,58
Utentes	11 768,12	11 801,78
Utentes-adiantamentos	-7 011,70	-9 227,62
total	7 527,09	4 865,74

13.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos (*)	17 422,30	2 747,09
Total	17 422,30	2 747,09

(*) Em devedores por acréscimos rendimentos inclui as receitas reconhecidos me 2023, mas recebidas em 2024, rappel e bónus do gás propano e despesas faturadas aos utentes em 2024.

13.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 314,10	2 988,74
Prestação serviços HSA	68,42	54,33
Contrato assistência controle pragas	82,00	0,00
Renda e Seguro Impressora/leitor	346,95	325,42
Assistência medica	750,00	0,00
Renovação certificado energético	1 179,40	1 583,76
Anuidade receituário medico	293,85	147,60
Consumo Gás propano	2 934,93	0,00
Total	7 969,65	5 099,85
Rendimentos a Reconhecer		
Comparticipação -Mensalidade Jorge Lucas	36 159,35	37 091,43
Total	36 159,35	37 091,43

13.4 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2023	2022
Fundo compensação trabalhador	3 732,98	3 409,22
Total	3 732,98	3 409,22

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	249,99	250,00
Depósitos à ordem	24 921,94	103 022,66
Total	25 171,93	103 272,66

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 008 434,49	0,00	0,00	1 008 434,49
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	231 767,57	0,00	28 038,05	203 729,52
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	390 552,75	11 760,00	25 142,44	377 170,31
Total	1 630 754,81	11 760,00	53 180,49	1 589 334,32

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	27 893,40	25 220,67
Fornecedores c/ imobilizado	554,73	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-218,50	-218,50

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 543,37	7 249,77
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1 543,37	7 249,77
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	369,86	452,25
Retenções na fonte (IRS)	4 825,00	6 015,00
Segurança Social	26 171,65	25 814,11
Outros Impostos e Taxas	0,00	118,03
Total	31 366,51	32 399,39

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		12 333,44		23,17
Outras operações		9,45		8,57
Credores por acréscimo de gastos				
Ferías e sub ferías e encargos		99 741,13		100 496,45
Água/eletricidade/comunicações		2 395,61		3 274,02
Seguro acidentes trabalho		0,00		197,97
Total	0,00	114 479,63	0,00	104 000,18

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	330 838,35	339 381,73
Subsídios de outras entidades	0,00	11 897,94
Doações e heranças	15 191,80	20 925,20
Total	346 030,15	372 204,87

A Entidade reconheceu nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	330 838,35	339 867,81
Subsídios de outras entidades	0,00	11 411,86
Doações e heranças	15 191,80	20 925,20
Total	346 030,15	372 204,87

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	30 843,67	34 718,52
Materiais	3 283,32	3 518,43
Energia e fluidos	50 606,35	80 110,17
Deslocações, estadas e transportes	963,66	2 006,81
Serviços diversos	39 132,71	38 200,66
Total	124 829,71	158 554,59

Nas contas onde se verificou mais redução, foi na eletricidade devido à instalação de painéis fotovoltaicos e no gás, o qual houve um desconto de rapel considerável.

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	982,06	5 042,36
Descontos de pronto pagamento obtidos	552,77	524,33
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	15,44	229,41
Rendimentos em investimentos não financeiros		0,00
Outros rendimentos	34 960,46	23 351,02
Total	36 510,73	29 147,12

Na rubrica "outros rendimentos" inclui a imputação dos subsídios ao investimento de equipamentos e edifícios, como também o reembolso da consignação do IRS.

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	345,83	520,68
Outros Gastos	6 999,15	9 415,12
Total	7 344,98	9 935,80

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,64	583,58
Total	0,64	583,58
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,64	583,58

13.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 29 fevereiro de 2024.

Soalheira, 29 fevereiro de 2024.

A Mesa Administrativa

Provedor; Francisco José Martins Adão

Francisco José Martins Adão

Vice-provedor; Joao Carlos Guterres Filipe

JCF

Tesoureiro; Joaquim Duarte Alves

Joaquim Duarte Alves

Secretario; Júlia Faustina Duarte Matos Ferreira

Júlia Faustina Duarte Matos Ferreira

Vogal; Maria Gertrudes Cavalheiro Duarte

Maria Gertrudes Cavalheiro Duarte

Contabilista Certificado

Maria José Matos Oliveira

Maria José Matos Oliveira

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Soalheira, apresenta o Relatório de Gestão, relativamente aos assuntos mais importantes relacionados com as várias respostas sociais que aconteceram durante o ano 2023.

A SCMS, é uma instituição com carácter social e caracteriza-se por não prosseguir fins lucrativos, mas com a necessidade de cumprir os seus objetivos de forma rigorosa, sustentável e com qualidade.

O ano 2023 foi mais um ano com grandes dificuldades financeiras, os preços dos bens essenciais continuaram a subir, principalmente na alimentação, tivemos um aumento no consumo de 17 % em comparação a 2022, como também nos combustíveis, água e nas restantes despesas em geral. Nos gastos com o pessoal verificou-se um aumento de 12 %, em relação ao ano anterior devido à atualização do salário mínimo nacional e do contrato coletivo de trabalho.

Os rendimentos, não acompanharam a evolução dos gastos. Verifica-se apenas um aumento de 2.5 % na prestação de serviços, uma vez que também tivemos menos utentes em Lar, 50 em média anual, menos 2 que no ano anterior, e no centro dia houve menos 3 utentes em média anual.

A redução dos utentes na resposta social ERPI foi exigida pela segurança social por não estar acordado em protocolo, o qual foi autorizado apenas 40 utentes.

Nos subsídios vindos pela segurança social também baixaram, por um lado porque deixamos de receber os apoios extras ao covid 19 e porque o número mensal de utentes de centro de dia baixou.

Na análise financeira, verifica-se que os resultados operacionais diminuíram cerca de 42% em comparação com o ano anterior, apresentando mesmo um valor negativo de 15 281,61 €, mostra que a instituição não tem capacidade financeira suficiente para cumprir os seus compromissos.

Os gastos com o pessoal representam perto dos 76% dos rendimentos, é a rubrica que tem mais impacto nos rendimentos totais, mas também é a mais difícil de reduzir, por um lado porque os gastos referentes aos salários dependem dos acordos do contrato coletivo de trabalho e das atualizações do salário mínimo nacional, e por outro lado os utentes apresentam um grau de dependência elevado que necessitam cada vez mais de apoio a todos os níveis.

Em março foi concluído o processo judicial no despedimento da trabalhadora que nos custou 19000,00€ inferior à provisão criada em 2023 de 24 612,57 €.

Recebemos finalmente o restante do subsídio destinado à aquisição da viatura elétrica no montante de 7500,00 €. Com esta viatura prevemos uma diminuição no consumo do combustível e, principalmente servir refeições em melhores condições aos nossos utentes do SAD.

Quanto às obras de requalificação e remodelação do lar e centro de dia, fechamos o ano com o 3º concurso publico a decorrer, prevendo que até março de 2024 seja adjudicada a obra, de modo a podermos beneficiar do total do investimento aprovado pelo PARES 3.0 que será de 977 512,00 €. O restante será financiado pelas instituições de crédito e camara municipal do Fundão, como temos referido.

Para finalizar a Instituição terá de futuro aumentar as receitas ou através do aumento das mensalidades, ou por apoios exteriores ou criar outros serviços, ao mesmo tempo terá de racionalizar bem os custos, nomeadamente nas rubricas onde o impacto é maior.

A instituição apresenta resultados líquidos negativos de 78 999,41 €.

Queremos agradecer a todos os colaboradores pelo desempenho e dedicação que têm mostrado nos cuidados com os nossos utentes, fornecedores, e restantes parceiros pelo apoio e boas relações que mantemos ao longo destes anos.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA SOALHEIRA

Contribuinte: 501 410 740

euros

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 14 de ANO 2023

Rubricas	Notas	2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 123 028,31	1 164 448,84
Bens do património histórico e cultural	5	531 271,68	531 271,68
Activos Intangíveis	6	930,26	1948,89
Investimentos financeiros	13,4	3 732,98	3 409,22
Subtotal		1 658 963,23	1 701 078,63
Activo corrente			
Inventários	7	1 972,46	1 727,26
Creditos a receber	13,1	7 527,09	4 865,74
Estado e outros entes públicos	13,8	1 543,37	7 249,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	13,3	7 969,65	5 099,85
Outros activos correntes	13,2	17 422,30	2 747,09
Caixa e depósitos bancários	13,5	25 171,93	103 272,66
Subtotal		61 606,80	124 962,37
Total do activo		1 720 570,03	1 826 041,00
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13,6	1 008 434,49	1 008 434,49
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		203 729,52	231 767,57
Excedentes de revalorização			
Outras variações de fundos patrimoniais		377 170,31	390 552,75
Subtotal		1 589 334,32	1 630 754,81
Resultado líquido do exercício		-78 999,41	-28 038,05
Total do capital próprio		1 510 334,91	1 602 716,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	0,00	24 612,57
Financiamentos obtidos		0,00	0
Outras contas a pagar		0,00	0
Subtotal		0,00	24 612,57
Passivo corrente			
Fornecedores	13,7	27 893,40	25 220,67
Estado e outros entes publicos	13,8	31 366,51	32 399,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	13,3	36 159,35	37 091,43
Outros passivos correntes	13,9/13,7/13,2	114 815,86	104 000,18
Outros passivos financeiros			
Subtotal		210 235,12	198 711,67
Total do Passivo		210 235,12	223 324,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 720 570,03	1 826 041,00

Soalheira, 29-02-2024
Contabilista Certificado
(Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa
Provedor(Francisco Jose Martins Adão)
Viceprovedor(Joao Carlos Guterres Filipe)
Tesoreroiro(Joaquim Duarte Alves)
Secretario(Julia Faustina Duarte Matos Feneira)
Vogal(Maria Gertrudes Cavalheiro Duarte)

Handwritten signature and initials in the top right corner.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA SOALHEIRA

Contribuinte: 501410740

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2023
(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	580 098,10	567 876,78
Subsídios, doações e legados à exploração	13,10	346 030,15	372 204,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-117 809,61	-100 425,81
Fornecimentos e serviços externos	13,11	-124 829,71	-158 554,59
Gastos com o pessoal	11	-733 548,86	-656 765,60
Provisões		0	-24 612,57
Reversões	9	5 612,57	7 500,00
Outros rendimentos	13,12	36 510,73	29 147,12
Outros gastos	13,13	-7 344,98	-9 935,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15 281,61	26 434,40
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6	-63 717,16	-53 888,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-78 998,77	-27 454,47
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	13,14	-0,64	-583,58
Resultado antes de impostos		-78 999,41	-28 038,05
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-78 999,41	-28 038,05

Soalheira, 29-2-2024
Contabilista Certificado
(Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa
Provedor(Francisco Jose Martins Adão)
Viceprovedor(Joao Carlos Guterres Filipe)
Tesoureiro(Joaquim Duarte Alves)
Secretário(Julia Faustina Duarte Matos Ferreira)
Vogal(Maria Gertrudes Cavalheiro Duarte)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA SOALHEIRA

Contribuinte: 501410740
Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo) 14 de 2023

RUBRICAS	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		624 202,57	599 156,46
pagamentos de subsídios		330 838,35	339 573,71
pagamentos de apoios		25 567,94	50 173,91
pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-295 165,63	-296 832,79
Pagamentos ao pessoal		-564 919,05	-450 273,79
Caixa geradas pelas operações		120 524,18	241 797,50
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-181 100,28	-201 864,20
Fluxos das actividades operacionais (1)		-60 576,10	39 933,30
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-17 524,63	-54 747,39
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-17 524,63	-54 747,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-13 571,46
Juros e gastos similares		0,00	-330,50
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		0,00	-13 901,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-78 100,73	-28 716,05
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		103 272,66	131 988,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		25 171,93	103 272,66

Soalheira, 29-02-2024
Contabilista Certificado
(Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa
Provedor(Francisco Jose Martins Adão)
Viceprovedor(Joao Carlos Guterres Filipe)
Tesoureiro(Joaquim Duarte Alves)
Secretario(Julia Faustina Duarte Matos Ferreira)
Vogal(Maria Gertrudes Cavalheiro Duarte)

FA
AD
Jury
Assess
R

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		Valores em Euros				
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS				PERÍODOS	
		ERI	CDIA	SAD	31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	8	485 013,44 €	55 647,72 €	39 436,94 €	580 098,10 €	567 876,78 €
Subsídios, doações e legados à exploração	13,1	227 393,11 €	56 695,53 €	61 941,50 €	346 030,15 €	372 204,87 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-90 713,40 €	-10 602,86 €	-16 493,35 €	-117 809,61 €	-100 425,81 €
Fornecimentos e serviços externos	13,11	-100 651,75 €	-14 647,31 €	-9 530,65 €	-124 829,71 €	-158 554,59 €
Gastos com o pessoal	11	-550 195,40 €	-95 343,80 €	-88 009,66 €	-733 548,86 €	-656 765,60 €
Provisões		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24 612,57 €
Reversões	9	4 209,43 €	729,63 €	673,51 €	5 612,57 €	7 500,00 €
Outros rendimentos e ganhos	13,12	26 646,72 €	5 982,10 €	3 881,91 €	36 510,73 €	29 147,12 €
Outros gastos e perdas	13,13	-3 892,84 €	-2 056,59 €	-1 395,55 €	-7 344,98 €	-9 935,80 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 190,68 €	-3 595,58 €	-9 495,34 €	-15 281,61 €	26 434,40 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6	-49 062,21 €	-8 920,40 €	-5 734,54 €	-63 717,16 €	-53 888,87 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51 252,90 €	-12 515,99 €	-15 229,89 €	-78 998,77 €	-27 454,47 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	13,14	-0,34 €	-0,18 €	-0,12 €	-0,64 €	-583,58 €
Resultado antes de impostos		-51 253,24 €	-12 516,17 €	-15 230,01 €	-78 999,41 €	-28 038,05 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		-51 253,24 €	-12 516,17 €	-15 230,01 €	-78 999,41 €	-28 038,05 €

Soalheira, 29 Fevereiro de 2024
 Contabilista Certificado
 (Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa
 Provedor (Francisco Jose Martins Adão)
 Viceprovedor (João Carlos Guterres Filipe)
 Tesoureiro (Joaquim Duarte Alves)
 Secretário (Julia Faustina Duarte Matos Ferreira)
 Vogal (Maria Gertrudes Cavalheiro Duarte)